

LD Celulose S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

A LD Celulose S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Dexco S.A, com participação de 51% e 49% respectivamente.

O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é líder mundial na produção de fibras de celulose. Mantém operações em 17 localidades e emprega mais de 6.800 pessoas no mundo todo. Possui 2 unidades de celulose solúvel e sua capacidade de produção total é de 600 mil toneladas/ano. Com 7 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas.

A Dexco S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto e público, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal da Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil.

A Companhia foi formada para a construção de uma das maiores fábricas de celulose solúvel do mundo. Com investimento de US\$ 1,3 bilhão, a planta está sendo erguida no Triângulo Mineiro, nos Municípios de Indianópolis e Araguari. Quando começar a operar, em 2022, a capacidade produtiva será de 500 mil toneladas de celulose solúvel por ano. Toda a celulose solúvel terá como destino o mercado externo onde será transformada para a utilização em fios e tecidos para roupas, além de outras aplicações, como lenços umedecidos, máscaras faciais e produtos de higiene. Além da fábrica de celulose solúvel, a LD Celulose contará com uma usina de cogeração de energia elétrica com capacidade de 144 megawatts. A usina de cogeração estará entre as mais produtivas e as de maior eficiência energética do mundo, direcionando 40 por cento do excesso da eletricidade gerada no local para abastecer a rede pública com energia verde.

Como parte do projeto, a LD Celulose também possui uma operação florestal, no qual planta e faz o manejo de florestas de eucalipto que se destinarão ao abastecimento da planta de produção de celulose.

Cenário

O ano de 2021 continuou sendo desafiador devido a pandemia COVID-19 e seus efeitos na economia local e mundial percebidos em 2020 se mantiveram em 2021. A LD Celulose desde o início da pandemia, tomou ações para proteger seus colaboradores e a continuidade das operações, criando o Comitê de Crise. O Comitê, liderado pela Diretoria da Companhia, implementou em 2020 as ações necessárias para garantir a segurança dos colaboradores e prestadores de serviços e fortaleceu tais medidas em 2021 para que a construção da fábrica e sua operação florestal não sofressem impactos relevantes em relação ao cronograma planejado.

Como principais ações do Comitê, foram estabelecidos a prática de home office (trabalho remoto) para as áreas administrativas, o reforço na higienização e assepsia no canteiro de obras e escritório administrativos, medição de temperatura nas portarias e acompanhamento diário dos casos confirmados, com o intuito de monitorar os níveis de infecção, tomar ações para contenção da propagação bem como de apoio aos trabalhadores atingidos. Campanhas internas de orientação e reforço das medidas protetivas foram ações constantes durante 2021.

Durante o ano de 2021 foram ofertadas diversas turmas de formação em Construção Civil e Montagem nas cidades próximas à LD Celulose, dos quais 179 concluintes foram direcionados a processos seletivos dos fornecedores atuantes na construção da planta de celulose. Também foram abertas turmas de formação em Manutenção Industrial e Operação Industrial, contando com 22 concluintes no curso de Manutenção, dos quais 11 foram contratados pela empresa Sindus Andritz e 35 concluintes no curso de Operação Industrial, dos quais 23 foram contratados para atuar na fábrica da LD Celulose.

Visando a profissionalização e aprimoramento da economia local, no segundo semestre de 2021, 139 pessoas se qualificaram em cursos de Iniciação Profissional, como: Barbearia, Manicure, Confeitaria, Mecânica de motos, dentre outros. Também foram ofertados cursos de Tratorista e Trabalhador Rural, qualificando pessoal para processos seletivos na área Florestal.

Nos meses de Abril e Maio de 2021 a LD Celulose realizou doações de equipamentos para auxiliar no tratamento à Covid-19 para os municípios de Araguari, Uberlândia e Indianópolis. Foram doados equipamentos hospitalares, como máscaras Full Face, concentradores de oxigênio, circuitos e ventiladores. Araguari foi contemplada também com doação de enxoval e mesas de cabeceira para o hospital de campanha. O município de Indianópolis recebeu, além de concentradores, materiais descartáveis como luvas e máscaras cirúrgicas. A LD Celulose ainda contribuiu com duas live shows realizadas em Uberlândia e Araguari para arrecadação de cestas básicas e equipamentos no combate à Covid-19. O montante doado em 2021 foi de aproximadamente R\$ 500 mil.

Área Florestal

A LD Celulose detém atualmente um maciço florestal com mais de 40 mil ha plantados e situados próximos a fábrica, onde se localizam as florestas que serão destinadas ao abastecimento industrial a partir de 2022.

O ano de 2021 foi marcado principalmente pela preparação e implantação dos módulos de colheita e transporte, havendo a aquisição de máquinas no valor de R\$ 31,7 milhões e treinamento de operadores, além da contratação do serviço de transporte florestal, que será 100% terceirizado. As operações silviculturais estão ocorrendo conforme cronograma, a fim de assegurar a quantidade e qualidade esperada da madeira para o processo industrial. Na formação e manutenção das florestas foram investidos em 2021, aproximadamente R\$ 37 milhões.

Projeto Amadeus

A LD Celulose denominou o projeto de construção de sua planta de celulose como Projeto Amadeus. O projeto foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019.

O Brasil é um dos países produtores de celulose mais competitivos do mundo devido, sobretudo, à disponibilidade de terras de alta qualidade, ao solo e condições climáticas favoráveis e à alta produtividade florestal.

O investimento em questão ajudará a fortalecer a competitividade da indústria de celulose no Brasil e apoiará a criação de empregos.

Além disso, a usina de cogeração da LD Celulose contribuirá para o aumento da participação de biocombustíveis sustentáveis e energia renovável na matriz energética brasileira, melhorando a sua diversificação e contribuindo para o esforço local de mitigar as mudanças climáticas.

Em dezembro de 2021 o avanço físico do projeto foi de 92,7% estando 0,9% atrás em relação ao cronograma estabelecido, com planos de recuperação em andamento. Na perspectiva financeira, a estimativa de custo para a conclusão da planta está de acordo com o orçamento original de US\$1,3 bilhão. Em dezembro de 2021 o projeto atingiu uma mobilização de mais de 8.700 trabalhadores, cerca de 20,5 milhões de horas trabalhadas e apenas 5 acidentes com afastamento reportados.

Apesar dos desafios trazidos pela pandemia da COVID 19, o start-up da planta de celulose está previsto para março de 2022.

Financiamento do projeto

Os recursos para a execução do projeto estão divididos em capital dos acionistas de 37%, dos quais 82% já foram integralizados até 2021, e financiamento de terceiros de 63% (a serem desembolsados de acordo com a necessidade do projeto).

Em junho de 2020, a LD Celulose captou junto ao IFC e IDB e a agência de crédito Finnvera, um financiamento de US\$1,1 bilhão. Esse pacote é composto por três partes: (i) um pacote de financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IFC; (ii) um financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IDB Invest; e (iii) um empréstimo "door to door" de US\$ 147 milhões, de instituições financeiras apoiadas pela agência finlandesa de crédito à exportação Finnvera.

Em 2020, esse financiamento conquistou duas nomeações no prêmio "Project & Infrastructure Finance Awards" da LatinFinance, que anualmente seleciona os melhores investimentos em infraestrutura da América Latina e Caribe. Estes prêmios garantem à LD Celulose reconhecimento internacional e que seu projeto caracteriza-se pela excelência e comprometimento com questões sociais, ambientais e de sustentabilidade.

Gestão de pessoas

A LD Celulose terminou o ano de 2021 apresentando um quadro de 771 colaboradores, considerando Administrativos, operação fabril e florestal e equipe de manutenção, bem acima do número de 448 colaboradores apresentado em 2020. Essa evolução está aderente ao seu plano de contratações e treinamento para início de operações em março de 2022.

Auditores Independentes

A LD Celulose S.A. informa que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não contratou serviços adicionais além da auditoriadas suas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos os nossos fornecedores.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
LD Celulose S.A.
Indianópolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LD Celulose S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

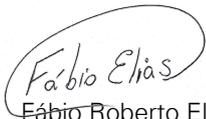
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 26 de Abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008266/F-9



Fábio Roberto Elias Tymburibá
Contador CRC 1SP214859/O-2

LD Celulose S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	477.734	691.239	Fornecedores	14	379.115	93.818
Contas a Receber de Clientes		13.821	2.994	Salários, férias e encargos sociais		12.035	6.740
Estoques		9.100	2.629	Instrumentos financeiros derivativos	24	53.881	258.587
Tributos a Recuperar	9	111.224	1.889	Outras contas a pagar	15	55.255	24.016
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	356	4.812	Empréstimos e Financiamentos	16	6.024	2.015
Outros créditos	10	13.678	24.410	Passivo de Arrendamento		979	7.679
				Impostos e contribuições a recolher		18.308	4.384
Total do ativo circulante		<u>625.913</u>	<u>727.973</u>	Total do passivo circulante		<u>525.597</u>	<u>397.240</u>
Tributos a Recuperar	9	211.202	64.882	Empréstimos e Financiamentos	16	4.677.054	1.515.769
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	2.965	Mútuos com partes relacionadas	16	93.278	136.055
Outros créditos	10	1.462	1.362	Instrumentos Financeiros Derivativos	24	12.250	37.907
Depósitos Judiciais		502	-	Passivo fiscal diferido	17	34.143	35.010
Ativos Biológicos	13	605.721	537.714	Passivo de arrendamento	12	234.700	216.042
Imobilizado	11	6.114.159	2.486.012	Provisão para contingência		144	-
Intangível		9.801	5.907				
Ativo de direito de uso	12	271.283	247.168	Total do passivo não circulante		<u>5.051.569</u>	<u>1.940.783</u>
Total do ativo não circulante		<u>7.214.130</u>	<u>3.346.010</u>	Patrimônio líquido	19		
				Capital Social		2.278.922	2.077.920
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		(55.769)	(365.039)
				Ajustes Acumulados de Conversão		313.166	172.353
				Prejuízos Acumulados		(273.442)	(149.274)
				Total do patrimônio líquido		<u>2.262.877</u>	<u>1.735.960</u>
Total do ativo		<u>7.840.043</u>	<u>4.073.983</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.840.043</u>	<u>4.073.983</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Celulose S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	67.123	37.485
Custos dos produtos vendidos	21	(132.606)	(50.236)
Lucro bruto		<u>(65.483)</u>	<u>(12.751)</u>
Despesas administrativas e gerais	21	(77.778)	(50.448)
Outras receitas/despesas operacionais	22	26.231	26.717
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(117.030)</u>	<u>(36.482)</u>
Receitas financeiras	23	30.832	77.724
Despesas financeiras	23	(41.303)	(134.306)
Despesas financeiras líquidas		<u>(10.471)</u>	<u>(56.582)</u>
Lucro antes do impostos		<u>(127.501)</u>	<u>(93.064)</u>
Imposto de renda e contribuição social		3.333	(36.186)
Prejuízo do exercício		<u><u>(124.168)</u></u>	<u><u>(129.250)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Celulose S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(124.168)	(129.250)
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa	622.579	(365.039)
Resultado realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	(313.309)	-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	<u>140.814</u>	<u>172.353</u>
Resultado abrangente total	<u><u>325.916</u></u>	<u><u>(321.936)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Celulose S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2020	6.762	-	-	(20.024)	(13.262)
Integralização de capital	2.071.158	-	-	-	2.071.158
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa	-	(365.039)	-	-	(365.039)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	172.353	-	172.353
Prejuízo do exercício	-	-	-	(129.250)	(129.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.077.920	(365.039)	172.353	(149.274)	1.735.960
Integralização de capital	201.001	-	-	-	201.001
Resultado não realizado das operações de hedge de fluxo de caixa	-	622.579	-	-	622.579
Resultado realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-	(313.309)	-	-	(313.309)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	140.814	-	140.814
Prejuízo do exercício	-	-	-	(124.168)	(124.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.278.921	(55.769)	313.167	(273.442)	2.262.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Celulose S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Prejuízo do exercício		(124.168)	(129.250)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		5.644	11.488
Juros provisionados sobre arrendamento mercantil		-	29.572
Juros provisionados sobre empréstimos e mútuos	23	6.825	9.939
Variação cambial não realizada	23	1.549	1.391
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	13	(20.766)	(21.873)
Constituição de provisão para contingências		145	-
Provisão para redução ao valor recuperável dos tributos a recuperar		5.420	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.333)	-
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(9.880)	(2.918)
Estoques		(6.055)	(2.352)
Tributos a recuperar		(244.600)	(63.329)
Outras contas a receber		11.708	(18.960)
Fornecedores		(44.389)	90.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	36.290
Impostos e contribuições a recolher		13.010	3.814
Adiantamentos a fornecedores		101	-
Salários e benefícios		4.312	4.834
Outras contas a pagar		29.549	20.810
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(374.928)	(30.185)
Pagamento de juros sobre empréstimos e arrendamentos		(136.982)	(34.972)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(511.910)	(65.157)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado		(3.185.310)	(2.182.704)
Venda de ativo imobilizado		2.085	430
Aquisição de ativo intangível		(5.040)	(1.508)
Adições de ativo biológico		(53.626)	(58.322)
Venda de ativos biológicos	13	43.355	34.169
Fluxos de caixa usado nas atividades de investimento		(3.198.536)	(2.207.935)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos e empréstimos	16	(47.279)	(141.363)
Pagamento de arrendamentos		(866)	(3.629)
Captação de empréstimos	16	2.941.805	1.515.769
Captação de mútuo	16	-	163.000
Aportes de capital	19	201.001	1.584.927
Fluxos de caixa decorrentes das (usado nas) atividades de financiamento		3.094.661	3.118.704
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(615.785)	845.612
Efeitos de variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa		402.280	(157.206)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(213.505)	688.406
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		691.239	2.833
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		477.734	691.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A LD Celulose S.A. (“Companhia”) tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. A Companhia é resultado da parceria entre Lenzing Aktiengesellschaft (“Lenzing”) e a Dexco S.A. (“Dexco”) e tem como objeto social a participação no capital de outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; a fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel; a extração de madeira e o cultivo de eucalipto e pinus; e atividade de geração de energia em regime de produção independente/auto produção.

Atualmente a Companhia está em fase pré-operacional e está construindo uma planta fabril em Indianópolis, Minas Gerais, a qual tem previsão de conclusão no 1º semestre de 2022. A fábrica será responsável pela produção de Celulose Solúvel, com a finalidade de exportação. Durante o ano de 2021, a Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no montante de R\$ 201.001, sendo R\$ 102.511 da Lenzing e R\$ 98.491 da Dexco.

A Companhia captou recursos através de financiamentos de longo prazo junto aos bancos internacionais IFC – International Finance Corporation, IDB – Inter-American Investment Corporation e Finnvera no montante total de até US\$ 1.147.000, aprovado em 29 de maio de 2020. Os recursos obtidos serão utilizados para financiar a construção da fábrica de celulose solúvel.

A Companhia possui suporte financeiro das sócias Lenzing e Dexco em caso de eventual aporte financeiro adicional até que entre em operação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria responsável em 25 de abril de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão sendo apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

a. Moeda funcional

A Companhia possui moeda funcional dólar americano, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 2 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar (“US\$” ou “dólar”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de venda de produtos;
- Suas exportações serão realizadas em Dólar;
- Moeda que influencia fatores como os custos de fretes marítimos, matérias-primas e outros custos para o fornecimento de bens;
- Moeda por meio da qual são originados os recursos das atividades de financiamento; e
- Moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais serão usualmente acumulados.

Os valores em reais apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia foram mensurados utilizando-se a moeda funcional dólar, que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

b. Moeda de apresentação

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, e da demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes acumulados de conversão”.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - Prazo do arrendamento: Se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros (valor justo).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas são aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário nessa mesma nota explicativa.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da conversão de hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- A questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e passivos pelo custo amortizado.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

c. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A depreciação ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

e. Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

i. Receita operacional

(i) Venda de produtos e serviços

A receita de vendas é reconhecida no resultado em função de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A conclusão da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre mediante a entrega das mercadorias ou serviço prestado ao comprador.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, variação cambial ativa, acréscimos moratórios incidentes sobre serviços prestados, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas como juros, variação cambial passiva e perdas com operações financeiras com derivativos, que estão reconhecidos no resultado.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais, base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis a construção da fábrica de celulose são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m. Mensuração de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

o. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui nenhum contrato no qual seja arrendadora.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência- Fase 2 (Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC11, CPC 06:
 - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R\$ 4.244.276 em empréstimos bancários indexados em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. A Companhia espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SOFR até 2023 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

- Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía hedges de fluxo de caixa do risco LIBOR. A Companhia espera que a indexação dos itens objeto de hedge e instrumentos de hedge à LIBOR seja substituída pela SOFR até 2023. Sempre que ocorrer a substituição, A Companhia espera aplicar as alterações à norma relacionadas à contabilidade de hedge. No entanto, há incerteza sobre quando e como a substituição pode ocorrer. Quando a alteração ocorre no item objeto de hedge ou no instrumento de hedge, a Companhia irá remensurar a alteração acumulada no valor justo do item objeto de hedge ou no valor justo do swap de taxa de juros, respectivamente, com base na SONIA. As relações de hedge podem sofrer ineficácia de hedge se houver diferença de momento ou outro descasamento entre a transição do item objeto de hedge e do instrumento de hedge para a SONIA. A Companhia não espera que os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa sejam reclassificados imediatamente para o resultado devido à transição do IBOR.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

	2021	2020
Caixa e Bancos	294.808	3.001
Aplicações Financeiras	<u>182.926</u>	<u>688.238</u>
	<u>477.734</u>	<u>691.239</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas a taxas médias de 90% a 99% do CDI em 2021 e 2020, respectivamente.

9 Tributos a recuperar

	2021	2020
COFINS a compensar (i)	143.679	53.070
PIS a compensar (i)	31.406	11.523
ICMS (ii)	141.231	897
INSS	785	367
IRPJ a recuperar de anos anteriores	42	13
CSLL a recuperar de anos anteriores	369	73
IRRF Sobre Operações Financeiras	4.906	821
Outros	<u>8</u>	<u>7</u>
	<u>322.426</u>	<u>66.771</u>

Circulante	111.224	1.889
Não Circulante	211.202	64.882

- (i) Créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, os quais serão futuramente utilizados para compensação de impostos federais. A Companhia estima que após o início da operação em 2022 esses tributos sejam recuperados, uma vez que, de acordo com a legislação esses créditos podem ser compensados com qualquer tributo federal.
- (ii) Créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados (CIAP). Espera-se que com a entrada em operação da companhia estes tributos serão recuperados.

10 Outros créditos

	2021	2020
Despesas antecipadas (i)	11.063	19.112
Seguros a receber	2.378	5.019
Adiantamentos a funcionários	183	103
Adiantamentos a fornecedores	1.516	1.538
	15.140	25.772
Circulante	13.678	24.410
Não Circulante	1.462	1.362

- (i) Referem-se basicamente a gastos com seguros florestais, de maquinários, veículos, de engenharia de obras e lucros cessantes.

11 Imobilizado

A movimentação dos valores do custo do ativo imobilizado e depreciação, bem como os saldos iniciais e finais são apresentados a seguir:

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Controle Ambiental	Equipamento e Processamento de Dados	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Móveis e Utensílios	Veículos	Projetos em Andamento	Adiantamento para Compra de Imobilizado	Total
Custo do Imobilizado Bruto											
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.624</u>	<u>265</u>	<u>542</u>	<u>342</u>	<u>77.935</u>	<u>16.216</u>	<u>96.924</u>
Adições	2.557	2.002	4.512	21	2.136	4	466	11.365	320.617	1.839.024	2.182.704
Baixas	-	-	(148)	-	-	(269)	(250)	(151)	(6)	-	(824)
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	3.553	-	-	-	-	(3.553)	439.981	(439.981)	-
Efeitos de Conversão	<u>557</u>	<u>405</u>	<u>50</u>	<u>5</u>	<u>941</u>	<u>-</u>	<u>189</u>	<u>960</u>	<u>204.719</u>	<u>2.606</u>	<u>210.432</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>3.114</u>	<u>2.407</u>	<u>7.967</u>	<u>26</u>	<u>4.701</u>	<u>-</u>	<u>947</u>	<u>8.963</u>	<u>1.043.246</u>	<u>1.417.865</u>	<u>2.489.236</u>
Adições	-	1.165	35.008	-	623	-	32	5.928	3.559.325	1.006	3.603.087
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(193)	-	(1.890)	(2.085)
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	658.638	(658.638)	-
Efeitos de Conversão	<u>230</u>	<u>246</u>	<u>1.496</u>	<u>2</u>	<u>403</u>	<u>-</u>	<u>71</u>	<u>861</u>	<u>(9.459)</u>	<u>38.168</u>	<u>32.018</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>3.344</u>	<u>3.818</u>	<u>44.471</u>	<u>28</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>1.048</u>	<u>15.559</u>	<u>5.251.750</u>	<u>796.511</u>	<u>6.122.256</u>

LD Celulose S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Controle Ambiental	Equipamento e Processamento de Dados	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Móveis e Utensílios	Veículos	Projetos em Andamento	Adiantamento para Compra de Imobilizado	Total
Depreciação Acumulada											
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	-	-	-	-	(186)	(95)	(34)	(31)	-	-	(346)
Adições	-	(144)	(864)	(8)	(846)	-	(91)	(516)	-	-	(2.469)
Baixas	-	-	-	-	22	95	6	-	-	-	123
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de Conversão	-	(29)	(105)	(2)	(270)	-	(33)	(93)	-	-	(532)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	(173)	(969)	(10)	(1.280)	-	(152)	(640)	-	-	(3.224)
Adições	-	(168)	(1.874)	(5)	(849)	-	(93)	(981)	-	-	(3.970)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de Conversão	-	(56)	(252)	(2)	(361)	-	(41)	(191)	-	-	(903)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	(397)	(3.095)	(17)	(2.490)	-	(286)	(1.812)	-	-	(8.097)
Composição líquida 2019	-	-	-	-	1.438	170	508	311	77.935	16.216	96.578
Movimentação do Ativo	3.114	2.407	7.967	26	3.077	(265)	405	8.621	965.311	1.401.649	2.392.312
Movimentação da Depreciação	-	(173)	(969)	(10)	(1.094)	95	(118)	(609)	-	-	(2.878)
Composição Líquida 2020	3.114	2.234	6.998	16	3.421	-	795	8.323	1.043.246	1.417.865	2.486.012
Movimentação do Ativo	230	1.411	36.504	2	1.026	-	101	6.596	4.208.504	(621.354)	3.633.020
Movimentação da Depreciação	-	(224)	(2.126)	(7)	(1.210)	-	(134)	(1.172)	-	-	(4.873)
Composição Líquida 2021	3.344	3.421	41.376	11	3.237	-	762	13.747	5.251.750	796.511	6.114.159

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Controle ambiental	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2,25 anos
Veículos	5 anos

a. Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía maquinários agrícolas e veículos de grande porte, no montante de R\$ 54.512, dados como garantia nas operações de empréstimos com os bancos IDB Invest, IFC International Finance Corporation e Finnvera.

b. Custos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ R\$ 106.203 (R\$ 12.593 em 2020). Para determinar os custos de empréstimos passíveis de capitalização, ponderou-se o percentual de desembolso de cada ano e a proporção entre o tempo e o valor de cada linha de empréstimo.

Além dos custos de empréstimos, foram capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um montante de R\$ 7.413 (R\$ 7.617 em 2020) referente a mão de obra utilizada na construção da planta fabril.

c. Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam indicadores de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A Administração não identificou indicadores de que os custos de seus ativos imobilizados estejam registrados por valores superiores aos seus valores de recuperação.

12 Arrendamentos

a. Ativo de direito de uso

	Usufruto de Terras	Imóveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>706</u>	<u>706</u>
Adições	211.044	-	211.044
Remensuração	12.322	-	12.322
Depreciação	(7.273)	(234)	(7.507)
Baixas	(31)	(67)	(98)
Efeitos de Conversão	<u>30.701</u>	<u>-</u>	<u>30.701</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>246.763</u>	<u>405</u>	<u>247.168</u>

	Usufruto de Terras	Imóveis	Total
Remensuração	13.806	-	13.806
Depreciação	(7.824)	(261)	(8.084)
Efeitos de Conversão	18.085	308	18.393
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	270.830	452	271.283

- (i) Em fevereiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de usufruto de terras com a LD Florestal, para o qual identificou que existe um componente de arrendamento, de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2) Arrendamentos. Em decorrência desse contrato de usufruto a Companhia reconheceu em seu balanço um direito de uso e um passivo de arrendamento em atendimento aos requerimentos da norma.

b. Passivo de arrendamento

	2021		2020	
	Taxa média de desconto % a.a	Vencimento final	Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Natureza dos contratos				
Usufruto de terras – LD Florestal	13,29%	Janeiro de 2050	235.679	223.721
			235.679	223.721
Circulante			979	7.679
Não Circulante			234.700	216.042
Saldo em 31 de Dezembro de 2019				745
Adições				211.044
Baixas				(98)
Pagamento de Principal				(3.629)
Pagamento de Juros				(27.101)
Apropriação de Juros				29.572
Variação Cambial				866
Remensuração				12.322
Saldo em 31 de Dezembro de 2020				223.721
Pagamento de Principal				(866)
Pagamento de Juros				(31.732)
Apropriação de Juros				30.750
Remensuração				13.806
Saldo em 31 de Dezembro de 2021				235.679
Circulante				979
Não Circulante				234.700

- (i) Os montantes de R\$ 30.750 referentes a juros de arrendamentos de terras são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos, uma vez que os custos de arrendamento fazem parte do custo de formação dos ativos biológicos.

13 Ativo biológico

Movimentação dos ativos biológicos, bem como os saldos, são apresentados a seguir:

	Reservas Florestais
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	-
Adições (aquisição de reservas florestais)	486.231
Vendas	(28.948)
Custo Capitalizado	58.322
Ajuste a valor justo	21.873
Baixa de valor justo	(5.221)
Efeitos de Conversão	5.457
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	537.714
Adições (aquisição de reservas florestais)	9.231
Vendas	(43.355)
Custo Capitalizado	83.229
Ajuste a valor justo	21.641
Baixa de valor justo	(875)
Efeitos de Conversão	(1.863)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	605.721

Em 31 de dezembro de 2021 o plantio de árvores abrangia aproximadamente 41.090 hectares de plantações de Eucalipto e Pinus, que inclui desde plantações recentes quanto plantações com 13 anos. O montante investido de R\$ 15.264, refere-se a árvores com idade inferior a um ano e considera-se que ainda não atingiram a maturidade.

Em fevereiro de 2020 a Dexco S.A. aportou capital na Companhia por meio de reservas florestais, no valor de R\$ 496.525 localizadas no estado de Minas Gerais.

14 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	275.829	92.394
Fornecedores estrangeiros	103.286	915
Fornecedores diversos	-	509
	379.115	93.818
Circulante	379.115	93.818

15 Outras contas a pagar

	Nota	2021	2020
Serviços Prestados - Partes Relacionadas (i)	18	41.770	22.380
Outros		13.485	1.636
		55.255	24.016
Circulante		55.255	24.016

(i) Refere-se a reembolso de valores de serviços de engenharia e TI prestados pela Lenzing.

16 Empréstimos, financiamentos e mútuos

Modalidade	Nota	Taxa de Juros	Vencimento	2021	2020
IDB Invest (i)		2,25% a 2,55% p.a + Libor	jun/31	2.130.922	677.686
IFC (ii)		2,25% a 2,55% p.a + Libor	jun/31	2.113.354	661.340
Finnvera (iii)		3,24% p.a	jun/33	438.801	178.758
LD Florestal S.A. mútuo (iv)	18	100% CDI	dez/23	93.278	136.055
				4.776.356	1.653.839
Circulante				6.024	2.015
Não Circulante				4.770.332	1.615.824

- (i) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IDB – Inter-American Investment Corporation, no montante US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2021 foi de US\$ 394.500 (R\$ 2.135.515). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (ii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IFC – International Finance Corporation, no montante de US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2021 foi de US\$ 394.500 (R\$ 2.135.515). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (iii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto a agência de crédito à exportação Finnvera e mais sete bancos, no montante de US\$ 147.200. O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$40.661 (R\$227.492) foi recebida em 21 de outubro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2021 foi de US\$ 91.457 (R\$ 503.734). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2033 e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (iv) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R\$ 58.468 para R\$177.452.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de Vencimento	2021
2023	423.180
2024	659.803
2025	659.803
Acima de 2025	3.027.547
	4.770.333

A Companhia mantém em seus financiamentos e empréstimos, garantias usuais de mercado.

A movimentação dos saldos de empréstimos são apresentados a seguir:

	Empréstimos	Mútuos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	-	113.839	113.839
Captação de Empréstimos	1.688.322	163.000	1.851.322
Custos Iniciais de transação	(172.553)	-	(172.553)
Apropriação de Juros	2.015	2.690	4.705
Pagamento de Principal	-	(141.363)	(141.363)
Pagamento de Juros	-	(2.637)	(2.637)
Variação Cambial	-	526	526
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1.517.784	136.055	1.653.839
Captação de Empréstimos	2.990.626	-	2.990.626
Custos Iniciais de transação	(48.821)	-	(48.821)
Apropriação de Juros	107.752	5.276	113.028
Pagamento de Principal	-	(47.279)	(47.279)
Pagamento de Juros	(105.003)	(247)	(105.250)
Variação Cambial	-	(527)	(527)
Efeitos de Conversão	220.740	-	220.740
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	4.683.078	93.278	4.776.356

17 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentada a seguir:

	2021	2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(127.501)	(93.064)
Adições permanentes:		
Subcapitalização (Thin Capitalization)	16.170	-
Baixa do valor justo na venda de ativos biológicos	-	5.221
Despesas indedutíveis	4.090	1.818
Despesas com Juros de Arrendamento	30.749	-
Bônus pagos	-	654
Depreciação Arrendamentos	8.085	-
Outras adições permanentes	1.497	360
Adições temporárias:		
Amortização do Direito de uso (usufruto de terras)	-	7.507
Variação no Valor Justo de Ativos Biológicos	9.883	-
Provisões	43.064	-
Exclusões permanentes:		
Arrendamentos (usufruto de terras)	(31.732)	(433)
Exclusões temporárias:		
Variação no valor justo de ativos biológicos	(38.912)	(24.583)
Reversão de provisões	(15.660)	(2.983)

	2021	2020
Efeito de conversão do resultado	49.650	71.210
Base fiscal do imposto de renda e contribuição social	(50.617)	(34.292)
Imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota fiscal combinada de 34%	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	3.333	(36.186)
Alíquota efetiva	2,61%	106%

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em função da base tributária dos ativos e passivos ser mantida em Real por seu valor histórico e a base contábil em dólar (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactam a base tributária e as consequentes despesas/receitas de imposto diferido são registradas no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:		
Prejuízo fiscal	25.808	15.004
Provisões	18.646	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:		
Efeito da moeda funcional sobre ativo imobilizado e ativo biológico	-	(42.042)
Efeito da moeda funcional sobre ativo imobilizado e ativo intangível	(49.561)	-
Efeito da moeda funcional sobre ativo biológico	(16.735)	-
Efeito da moeda funcional sobre estoques	(42)	-
Arrendamentos (usufruto de terras) (diferença temporária)	(12.259)	(7.972)
Passivo fiscal diferido líquido	(34.143)	(35.010)
Efeito da conversão do resultado	37.476	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Resultado	3.333	(36.186)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo somado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social mantido pela Companhia era de R\$ 74.953 e R\$ 49.295 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa.

18 Transações com partes relacionadas

As controladoras diretas da Companhia são a Dexco S.A e a Lenzing Aktiengesellschaft.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de operações de empréstimos da Companhia, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, encargos, benefícios e remuneração variável. O valor total pago à Diretoria durante o exercício de 2021 totalizaram um montante de R\$ 2.263 (R\$ 1.893 em 2020).

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Contas a receber LD Florestal S.A		2.282	2.994
Contas a receber Dexco S.A.		<u>11.384</u>	<u>-</u>
		<u>13.667</u>	<u>2.994</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar – Lenzing	15	39.331	22.380
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) -LD Florestal S.A	12	979	6.898
Contas a pagar - Dexco S.A.	15	<u>2.439</u>	<u>-</u>
		<u>42.749</u>	<u>29.278</u>
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) LD Florestal S.A	12	234.700	216.042
Mútuo LD Florestal S.A	16	<u>93.278</u>	<u>136.055</u>
		<u>327.978</u>	<u>352.097</u>
Resultado			
Venda de serviços – LD Florestal (i)		26.471	6.387
Venda de serviços – Duratex Florestal (i)		1.770	760
Venda de reservas florestais - Duratex Florestal	20	<u>45.742</u>	<u>31.331</u>
		<u>73.983</u>	<u>38.478</u>

- (i) Referem-se a prestação de serviços florestais, tais como: adubação, plantio, combate a formigas, irrigação etc., realizados pela LD Celulose nas florestas de propriedade da LD Florestal e Duratex Florestal

Partes relacionadas indiretas

	2021	2020
Ativo circulante		
Banco Itaú S.A (i)	69.840	190.232
NDF (Banco Itaú S.A) (ii)	<u>-</u>	<u>61</u>
	<u>69.840</u>	<u>190.293</u>
Passivo circulante		
NDF (Banco Itaú S.A) (ii)	49.982	103.865
SWAP (Banco Itaú S.A.) (ii)	<u>4.844</u>	<u>-</u>
	<u>54.826</u>	<u>103.865</u>

- (i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da coligada Dexco S.A.
- (ii) A empresa possui empréstimos contratados com correção pela taxa flutuante (LIBOR), e para mitigar flutuações na taxa, possui o contrato de swap unto ao Itaú, pertencente ao grupo econômico da coligada Dexco S.A.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado era de R\$ 2.278.922 (R\$ 2.077.920 em 31 de dezembro 2020) o qual está representado por 2.278.922 ações (2.077.920 em 2020), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2021		2020	
	Montante	Participação %	Montante	Participação %
Lenzing Aktiengesellschaft	1.162.250	51%	1.059.739	51%
Dexco S.A	1.116.672	49%	1.018.181	49%
	2.278.922	100%	2.077.920	100%

Em 2021 a Dexco S.A realizou aporte de capital no valor de R\$ 98.491 em dinheiro e a Lenzing AG aportou o montante de R\$ 102.510 em dinheiro, totalizando o valor de R\$ 201.001. Parte do valor aportado pela Dexco em 2020 foi por meio de ativos biológicos, máquinas e equipamentos e veículos, no montante de R\$ 496.525.

b. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações em moeda estrangeira.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em fluxo de caixa na pendência do reconhecimento posterior.

20 Receita operacional líquida

	Nota	2021	2020
Receita bruta			
Vendas de serviços - mercado interno	18	28.241	7.147
Venda de reservas florestais	18	45.742	31.331
		73.983	38.478
Deduções da receita bruta			
Impostos sobre vendas		(6.861)	(993)
		(6.861)	(993)
Total receita operacional líquida		67.123	37.485

21 Despesas por natureza

	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	(48.195)	(22.046)
Venda de ativos biológicos	(44.670)	(41.513)
Serviços de consultoria e auditoria	(9.384)	(7.489)
Depreciação e Amortização	(5.644)	(3.772)
Serviços de TI	(4.903)	(2.882)
Aluguéis	(1.264)	(1.786)
Serviços de terceiros	(23.594)	(719)
Combustíveis	(5.491)	(1.579)
Impostos e taxas	(4.793)	(2.610)
Viagens	(1.135)	(988)
Cursos e treinamentos	(15.512)	(1.517)
Matéria prima	(23.420)	(3.573)
Manutenção e conservação	(4.516)	(1.929)
Materiais diversos	(2.649)	(1.254)
EPIs	(1.978)	(854)
Despesas bancárias	(1.620)	(926)
Seguros	(3.595)	(998)
Doações	(791)	(795)
Refeições	(1.677)	(999)
Arrendamentos	-	(558)
Outros	(5.554)	(1.897)
	(210.384)	(100.684)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(132.606)	(50.236)
Despesas administrativas e gerais	(77.778)	(50.448)

22 Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Outras receitas operacionais		
Indenização seguro florestal	-	4.971
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	20.766	21.873
Venda de Sucatas	761	-
Outras	4.839	83
	26.366	26.927
	2021	2020
Outras despesas operacionais		
Venda de ativos	-	(32)
Outras	(135)	(210)
	(135)	(242)
	26.232	26.685

23 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	18.131	4.235
Outras receitas financeiras	9	7
	18.140	4.242
 Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e mútuos	(6.825)	(46)
	(6.825)	(46)
 Variação Cambial e Monetária Líquida		
Receita Variação cambial realizada	12.692	43.723
Receita Variação Cambial não realizada	-	29.759
Despesa Variação cambial realizada	(32.929)	(21.383)
Despesa Variação cambial não realizada	(1.549)	(112.877)
	(21.786)	(60.778)
 Receitas/Despesas Financeiras Líquidas	(10.471)	(56.582)

24 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do segmento de atuação) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas através de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui instrumentos financeiros para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco operacional;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de câmbio e juros; e
- Risco de preço de ativos biológicos.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco operacional

As operações da Companhia consistem na produção e venda de celulose, sendo tais operações concentradas em partes relacionadas. Desta forma, a Administração avalia o risco de mercado operacional como sendo baixo.

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

	2021	2020
	Valor Justo	Valor Justo
Ativo		
NDF – Goldman Sachs	-	7.660
NDF - BNP Paribas	356	56
NDF – Banco Itaú	-	61
	356	7.777
Passivo		
NDF – Banco Santander	3.852	70.733
NDF – BNP Paribas	-	58.274
NDF – HSBC	-	28.439
NDF – Banco Itaú	49.982	103.865
NDF – Goldman Sachs	-	35.183
SWAP - Banco Itaú	4.840	-
SWAP - Banco Santander	3.341	-
SWAP - Goldman Sachs	4.115	-
	66.131	296.494

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e foram classificadas conforme quadros a seguir:

	Nota	Nível	2021			2020		
			Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado	Total	Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos								
Caixa e equivalente de caixa	8		-	294.808	294.808	-	3.001	3.001
Aplicações Financeiras	8	2	182.926	-	182.926	688.239	-	688.239
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	2	356	-	356	7.777	-	7.777
Contas a Receber de Clientes			-	13.821	13.821	-	2.994	2.994
Outros Créditos	9		-	13.678	13.678	-	25.772	25.772
			183.282	322.308	505.590	696.016	31.767	727.783
Passivos								
Fornecedores	14		-	379.115	379.115	-	95.454	95.454
Financiamentos e empréstimos	16	2	-	4.776.357	4.776.357	-	1.651.823	1.651.823
Outras Contas a Pagar	15		-	55.255	55.255	-	24.395	24.395
Arrendamentos (usufruto de terras)	12		-	235.679	235.679	-	223.720	223.720
Instrumentos financeiros derivativos	24	2	66.131	-	66.131	296.495	-	296.495
			66.131	5.446.406	5.512.537	296.495	1.995.392	2.291.887

c. Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os instrumentos financeiros que submetem a Companhia a riscos de crédito da contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de proteção e contas a receber de terceiros e partes relacionadas.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Companhia executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa, equivalentes de caixa e seus instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

Os riscos de créditos de clientes são administrados através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. As contas a receber de clientes concentram-se substancialmente com partes relacionadas.

A administração, estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condução financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente.

Os volumes de valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi de:

	2021	2020
Caixa e Bancos	294.808	3.001
Aplicações Financeiras	182.926	688.238
Instrumentos financeiros derivativos	356	7.777
Contas a receber de clientes	13.821	2.994
Outros créditos	<u>13.678</u>	<u>25.772</u>
	<u>505.590</u>	<u>727.782</u>

A Companhia opera com bancos com rating de crédito elevado, tanto para as operações normais, bancos e aplicações como para as operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os riscos de crédito estão relacionados com a classificação de risco realizada pelo Grupo Lenzing. A tesouraria da Companhia avalia as avaliações de crédito das contrapartes, principalmente no que diz respeito a mudanças negativas, para as operações de derivativo em especial e até a data de vencimento das operações, o risco é classificado como mínimo e não traz mudança significativa de valor. Adicionalmente, a Companhia reavalia as condições sempre que ocorrem ajustes significativos nas condições contratuais. Todas as contrapartes são avaliadas de acordo com a classe de investimento determinada pela agência de risco.

d. Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Adicionalmente a Companhia possui suporte financeiro de suas sócias, a Lenzing AG e Dexco S.A, o que mitiga seu risco de liquidez.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado pelo aumento de capital de seus acionistas, financiamentos e empréstimos com partes relacionadas. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	2021					
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Superior a 5 anos
Passivos						
Fornecedores	379.115	379.115	379.115	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.683.079	5.632.025	134.089	477.319	1.602.697	3.417.920
Mútuos com partes relacionadas	93.278	105.613	-	105.613	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	66.131	66.131	53.881	12.250	-	-
Outras contas a pagar	55.255	55.255	55.255	-	-	-
Arrendamento mercantil	235.679	894.054	32.140	32.041	95.711	734.162
Total	5.512.537	7.132.192	654.479	627.223	1.698.408	4.152.082

	2020					
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Superior a 5 anos
Passivos						
Fornecedores	93.818	93.818	93.818	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.517.784	2.044.593	2.015	232.760	704.325	1.105.493
Mútuos com partes relacionadas	136.055	145.488	-	-	145.488	-
Instrumentos financeiros derivativos	296.494	296.494	258.587	37.907	-	-
Outras contas a pagar	24.016	24.016	24.016	-	-	-
Arrendamento mercantil	223.720	873.564	30.037	30.037	90.109	723.381
Total	2.291.887	3.477.973	408.473	300.704	939.922	1.828.874

e. Risco de taxa de câmbio e juros

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

e.1 Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais suas aplicações financeiras, compras, vendas, empréstimos com partes relacionadas e arrendamentos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da entidade. A moeda funcional da Companhia é o Dólar (US\$) e a moeda na qual essas transações são primariamente denominadas é o Real (R\$).

Está demonstrada a seguir, exposição líquida em moeda estrangeira, pelos montantes de principal (nocional em R\$) em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	198.709	691.239
Contas a receber	13.821	2.994
	212.531	694.233
Passivo		
Fornecedores	(379.115)	(93.818)
Mútuos	(93.278)	(136.055)
Sálarios, férias e encargos sociais	(12.035)	(6.741)
Passivo de arrendamento (usufruto de terras)	(233.721)	(223.721)
	(718.149)	(460.335)
Exposição Líquida	(505.618)	233.898

Análise de sensibilidade - Cambial

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

		2021 - Cenários				
Risco		I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Exposição Patrimonial						
1-Ativo em reais	Desvalorização Real	212.531	53.133	106.265	(53.133)	(106.265)
2-Passivo em reais	Valorização Real	<u>(718.149)</u>	<u>(179.537)</u>	<u>(359.074)</u>	<u>179.537</u>	<u>359.074</u>
1+2	Efeito Líquido	<u>(505.618)</u>	<u>(126.405)</u>	<u>(252.809)</u>	<u>126.405</u>	<u>252.809</u>

As cotações e atualizações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como BACEN.

e.2 Risco de taxa de juros

Os principais montantes atrelados a taxas de juros, que são as operações de financiamentos, são preponderantemente obtidos junto aos bancos internacionais e ao mútuo celebrado com parte relacionada LD Florestal. Substancialmente a exposição da Companhia é com base em taxas de juros pré-fixadas. Assim, a administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a ser apresentado ou estressado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era de:

	2021	2020
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações Financeiras	182.926	688.239
Passivos financeiros		
Empréstimos e mútuos	<u>(4.776.356)</u>	<u>1.653.839</u>
	<u>(4.593.430)</u>	<u>(965.600)</u>

f. Análise de sensibilidade - Taxas de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de Juros Efetiva 31/12/2021	2021 - Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
1-Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	182.926	Variação CDI	9,15%	16.738	20.922	25.107	12.553	8.369
2-Passivos financeiros								
Empréstimo - terceiros	(4.683.078)	Variação LIBOR	0,58%	(27.302)	(34.128)	(40.954)	(20.477)	(13.651)
1 + 2				<u>(10.565)</u>	<u>(13.206)</u>	<u>(15.847)</u>	<u>(7.923)</u>	<u>(5.282)</u>

Uma reforma fundamental dos principais índices de referência da taxa de juros está sendo realizada globalmente, incluindo a substituição de algumas taxas interbancárias oferecidas (IBORs) por taxas alternativas quase sem risco (referidas como ‘reforma do IBOR’). A Companhia exposições aos IBORs em seus instrumentos financeiros que serão substituídos ou reformados como parte dessas iniciativas de mercado. Há incerteza quanto ao momento e aos métodos de transição em algumas jurisdições onde a Companhia opera. A Companhia antecipa que a reforma do IBOR terá impacto na sua gestão de risco e contabilidade de hedge.

A Companhia monitora e gerencia a transição para taxas alternativas. A Companhia avalia até que ponto os contratos fazem referência aos fluxos de caixa do IBOR, se tais contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma do IBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma do IBOR com as contrapartes.

g. Risco de preço de ativos biológicos

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021 R\$ 605.721 em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade - Ativos biológicos

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados.

Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 52,03 /m³. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 30.341.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,48% a.a. em 31 de dezembro de 2021. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 1.406.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

		2021				
		Cenários - Preço de Mercado				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
	Ativos Biológicos	605.721	6.057	30.286	(6.057)	(30.286)
		605.721	6.057	30.286	(6.057)	(30.286)
		2020				
		Cenários - Preço de Mercado				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
	Ativos Biológicos	537.714	5.377	26.886	(5.377)	(26.886)
		537.714	5.377	26.886	(5.377)	(26.886)
		2021				
		Cenários - Taxa de Desconto				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
	Ativos Biológicos	605.721	(283)	(1.406)	284	1.430
		605.721	(283)	(1.406)	284	1.430
		2020				
		Cenários - Taxa de Desconto				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
	Ativos Biológicos	537.714	(331)	(1.642)	332	1.673
		537.714	(331)	(1.642)	332	1.673

h. Valor justo

h.1 Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações, exceto financiamentos e empréstimos, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Em relação as operações de empréstimos e financiamentos que a Companhia possui com partes relacionadas (mútuos) e IFC e IDB, pode-se observar que a média das taxas, cujas respectivas operações estão indexadas, são substancialmente inferiores as taxas de mercado. Sendo assim, caso fosse aplicado algum critério de mensuração de valor justo, como por exemplo fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, por uma taxa livre de risco, a Administração entende que esse valor não refletiria uma melhor estimativa de pagamento ou que a diferença é irrelevante, de forma que, o saldo contábil já reflete a melhor estimativa. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

O valor justo, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os empréstimos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa “Cupom livre”, pois são operações em Dólar.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos é demonstrado abaixo:

	2021		2020	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	294.808	294.808	3.001	3.001
Aplicações financeiras	182.926	182.926	688.238	688.238
Instrumentos financeiros derivativos	356	356	7.777	7.777
Contas a receber de clientes	13.821	13.821	2.994	2.994
Outros Créditos	13.678	13.678	25.772	25.772
	505.590	505.590	727.782	727.782
Passivos				
Fornecedores	379.115	379.115	93.818	93.818
Empréstimos	5.632.025	4.683.078	2.044.593	1.515.784
Mútuos	105.613	93.278	145.488	136.055
Instrumentos Financeiros derivativos	66.131	66.131	296.494	296.494
Arrendamento Mercantil	894.054	271.283	873.564	223.720
Outras Contas a Pagar	55.255	55.255	24.016	24.016
	7.132.192	5.548.140	3.477.973	2.289.887

i. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

j. Resultado referente aos instrumentos financeiros

Os valores dos ganhos (perdas) referente as operações de instrumentos financeiros derivativos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 que afetaram a demonstração de resultado abrangentes da Companhia estão demonstrados conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Perda	(66.131)	(296.494)
Ganho	356	7.777
	<u>(65.775)</u>	<u>(288.717)</u>

k. Contabilidade de hedge

A operação com instrumentos derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seu Balanço Patrimonial da volatilidade cambial e não tem finalidade especulativa. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com as condições solicitadas para qualificar-se como “Contabilidade de hedge”, descrita no CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado no patrimônio líquido resultados decorrente de operações de derivativos como hedge fluxo de caixa. Esta relação de hedge objetiva mitigar o custo fixo do período de janeiro à dezembro de 2021, o instrumento de hedge foi contratado pelas tesourarias dos sócios acionista, conforme a política de hedge, sendo que as contra-partes nestas operações não configuram o quadro de partes relacionadas.

O resultado reconhecido no patrimônio líquido referente *hedge Accounting* foi de R\$ 68.560, sendo R\$ 65.774 provenientes de NDFs e 2.786 provenientes de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Estratégias de hedge

Para a proteção de sua operação a Companhia utiliza a estratégia de hedge de fluxo de caixa, uma vez que a Companhia tem como objetivo a proteção dos custos operacionais incorridos na construção da fábrica de celulose no Brasil (CAPEX). Como a Companhia possui moeda funcional Dólar, identifica-se um risco devido as compras realizadas em moeda estrangeiras, das quais predomina-se o Real. A Companhia está exposta ao risco cambial nessas operações e a estratégia de *hedge* tem como principal objetivo reduzir esse risco de exposição.

Toda a estratégia de hedge é determinada pelo Grupo Lenzing para a cobertura dos riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (NDF) e também mantém em caixa valores em reais para compra de materiais.

A Companhia designa a relações de hedge na qual o objeto de hedge são os pagamentos e/ou recebíveis em moeda estrangeira (Real) dos contratos de compra e venda e como instrumentos de hedge os instrumentos financeiros derivativos (NDF) e a manutenção de caixa em moeda estrangeira (Real).

Os objetos de hedge estão atrelados aos seus instrumentos, desde a data de início até a data de fechamento de cada instrumento financeiro derivativo NDF, para os casos em que existe um descasamento entre a data dos desembolsos e/ou recebimentos é possível que haja prolongamentos posteriores dos instrumentos de *hedge* (NDF), que também são alocados para a estratégia de hedge.

Instrumentos financeiros designados como instrumentos de hedge e seus valores justos na data das demonstrações contábeis:

Derivativos		Contra Parte	2021	2020
NDF (Hedge Accounting)	Ganho	Goldman	-	7.660
		Itaú	356	61
		BNP Paribas	-	56
NDF (Hedge Accounting)	Perda	Goldman	-	(35.183)
		BNP Paribas	-	(58.274)
		Itaú	(49.982)	(103.865)
		HSBC	-	(28.439)
		Santander	(3.852)	(70.733)
SWAP	Perda	Itaú	(4.840)	-
		Santander	(3.341)	-
		Goldman	(4.115)	-

Períodos em que se espera que o fluxo de caixa irá ocorrer e quando espera-se que eles sejam capitalizados no ativo

Todos os itens do balanço patrimonial sujeitos a variação das taxas de câmbio e/ou taxas de juros representam exposições de valor justo. Todos os ganhos e perdas de exposições de valor justo são imediatamente reconhecidos no resultado da Empresa.

Todos os fluxos de caixa (*hedge accounting*) projetados não são reconhecidos no resultado da Companhia, eles são reconhecidos no patrimônio líquido até o momento de sua liquidação, e quando liquidados serão capitalizados no custo operacional, durante a fase de construção da fábrica de celulose. Portanto os instrumentos de *hedge* correspondentes não deverão ser reconhecidos no resultado e não deverão ser capitalizados antes da liquidação do item *hedgado* e por consequência da relação de *hedge* correspondente.

Segue abaixo a projeção de fluxo de caixa futuro e cronograma de vencimento das NDFs em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Período	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge			
	Budget BRL	Budget USD	% Hedge	Budget Hedge USD	Início	Vencimento	Instrumento- NDF
1º Trim/2022	468.586	83.968	66%	36.651	jan/20	jan/22	36.651
				18.605	dez/21	jan/22	18.605
2º Trim/2022	<u>435.165</u>	<u>68.814</u>	7%	<u>2.949</u>	jan/20	abr/22	2.949
	-	-	-	1.798	jan/20	jun/22	1.798
	<u>903.751</u>	<u>152.782</u>	73%	<u>60.003</u>			60.003

Período	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge			
	Budget BRL	Budget EUR	% Hedge	Budget Hedge EUR	Início	Vencimento	Instrumento- NDF
1º Trim/2022	<u>53.574</u>	<u>8.472</u>	94%	<u>8.000</u>	jan/20	abr/20	<u>8.000</u>
	<u>53.574</u>	<u>8.472</u>	94%	<u>8.000</u>			<u>8.000</u>

25 Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2022, a Companhia recebeu mais um desembolso referente aos contratos de financiamentos de longo prazo do Finnvera, no montante de R\$ 154.814 (US\$ 25.588). As condições, taxas e prazos são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 16.

Em 18 de fevereiro de 2022, a Companhia recebeu aporte de capital de seus acionistas no montante de R\$ 190.500, sendo R\$ 97.155 da Lenzing e R\$ 93.345 da Dexco.

Em 2 de março de 2022, a Companhia recebeu mais um desembolso referente ao contrato de financiamento de longo prazo do Finnvera, no montante de R\$ 135.991 (US\$ 28.588). As condições, taxas e prazos são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 16.